

ORÇAMENTAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS COM A NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA

IMPACTOS DA LC Nº 214/2025 NA ENGENHARIA DE CUSTOS, NO BDI E NO REEQUILÍBRIO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.



APRESENTAÇÃO

A Reforma Tributária representa a maior transformação do sistema de tributação sobre o consumo das últimas décadas e produzirá impactos diretos na forma como são elaborados os orçamentos de obras públicas, calculados os custos de engenharia, estruturados os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e analisado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.

A substituição de tributos como PIS, Cofins, ICMS e ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), aliada ao novo regime de não cumulatividade plena e ao sistema de créditos tributários, exigirá uma profunda revisão das metodologias tradicionalmente utilizadas na formação dos preços de referência das obras públicas.

Nesse novo cenário, profissionais que atuam com planejamento, elaboração de orçamentos, fiscalização, auditoria, contratação e gestão de obras precisarão compreender não apenas as alterações legislativas, mas, principalmente, como essas mudanças repercutem na composição dos custos de materiais, mão de obra, equipamentos, administração local, custos indiretos, BDI e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.

Este curso foi desenvolvido com uma abordagem essencialmente prática e aplicada, integrando os fundamentos da engenharia de custos, a Lei nº 14.133/2021, os sistemas referenciais oficiais (SINAPI e SICRO), a jurisprudência do Tribunal de Contas da União e as inovações introduzidas pela Lei Complementar nº 214/2025.

Ao longo do treinamento, serão analisados os reflexos da Reforma Tributária sobre toda a cadeia de formação dos custos das obras públicas, desde a elaboração do orçamento estimativo até a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Serão discutidos temas como o tratamento dos créditos de IBS e CBS nos diferentes componentes do custo, os impactos sobre os sistemas referenciais, a reformulação do BDI durante o período de transição, as adaptações necessárias na engenharia de custos e as metodologias para mensuração dos impactos tributários em contratos administrativos.

Mais do que apresentar as alterações promovidas pela Reforma Tributária, o curso busca fornecer uma metodologia consistente para que gestores públicos, engenheiros, orçamentistas, fiscais, auditores, consultores e demais profissionais possam elaborar orçamentos tecnicamente robustos, compatíveis com o novo sistema tributário e capazes de suportar análises técnicas, auditorias e o controle exercido pelos órgãos de fiscalização.

Ao final do curso, os participantes estarão preparados para compreender os efeitos da Reforma Tributária na formação dos preços das obras públicas, revisar metodologias de orçamentação, adaptar composições de custos, reestruturar o BDI e analisar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro à luz da nova legislação, contribuindo para a elaboração de orçamentos mais precisos, transparentes e aderentes ao novo ambiente regulatório.

ORÇAMENTAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS COM A NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA

IMPACTOS DA LC Nº 214/2025 NA ENGENHARIA DE CUSTOS, NO BDI E NO REEQUILÍBRIO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.



OBJETIVO GERAL

Capacitar os participantes para compreender os impactos da Reforma Tributária na orçamentação de obras públicas, desenvolvendo competências para elaborar, analisar, revisar e auditar orçamentos de engenharia à luz da Lei nº 14.133/2021, Lei nº 13.303 /2016, da Lei Complementar nº 214/2025, dos sistemas referenciais oficiais e das melhores práticas de engenharia de custos.

AO FINAL DO CURSO DEVERÁ

- Compreender os fundamentos da engenharia de custos aplicados às obras públicas e sua importância para o planejamento, a contratação, a execução e o controle dos empreendimentos.
- Elaborar orçamentos de referência utilizando metodologias compatíveis com a Lei nº 14.133/2021, os sistemas referenciais oficiais e as boas práticas de engenharia de custos.
- Interpretar os impactos da Reforma Tributária na formação dos custos diretos e indiretos das obras públicas, compreendendo a incidência do IBS, da CBS, do Imposto Seletivo e das regras de não cumulatividade e creditamento.
- Avaliar os reflexos da Reforma Tributária sobre os custos de materiais, mão de obra, equipamentos, administração local, logística, custos indiretos e demais componentes da formação dos preços.
- Aplicar corretamente os critérios de utilização, adaptação e análise crítica dos sistemas referenciais SINAPI e SICRO diante das alterações introduzidas pelo novo sistema tributário.
- Estruturar e revisar o Benefício e Despesas Indiretas (BDI), considerando os impactos da Reforma Tributária, as alterações na tributação incidente sobre o faturamento e o período de transição previsto na legislação.
- Identificar os efeitos da Reforma Tributária sobre a equação econômico-financeira dos contratos administrativos, compreendendo os fundamentos jurídicos e econômicos do reequilíbrio contratual.
- Desenvolver metodologias para quantificar os impactos tributários na formação dos preços e na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos de obras públicas.
- Aplicar critérios técnicos e jurídicos para análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes das alterações promovidas pela Reforma Tributária, elaborando memórias de cálculo e documentação técnica aptas a subsidiar a tomada de decisão administrativa.
- Aperfeiçoar a capacidade de tomada de decisão dos profissionais envolvidos na elaboração, fiscalização, auditoria e gestão de contratos de obras públicas, promovendo maior segurança jurídica, transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

ORÇAMENTAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS COM A NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA

IMPACTOS DA LC Nº 214/2025 NA ENGENHARIA DE CUSTOS, NO BDI E NO REEQUILÍBRIO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.



PÚBLICO ALVO

Destina-se a engenheiros, arquitetos, orçamentistas, analistas de custos, fiscais e gestores de obras públicas, agentes de contratação, pregoeiros, membros de equipes de planejamento das contratações, gestores e fiscais de contratos administrativos, auditores e servidores dos órgãos de controle interno e externo, procuradores, advogados públicos e privados, assessores jurídicos, contadores, profissionais de empresas de engenharia e construção, consultores, peritos, projetistas e demais profissionais que atuam no planejamento, elaboração de orçamentos, licitação, contratação, execução, fiscalização e reequilíbrio econômico-financeiro de obras e serviços de engenharia, e que necessitam compreender os impactos da Lei Complementar nº 214/2025 sobre a engenharia de custos, o BDI, a formação de preços e os contratos administrativos.

PROFESSOR

FABRÍCIO MARECO



Auditor Federal do Tribunal de Contas da União (TCU), com lotação em Brasília, na 6ª Diretoria da Auditoria Especializada em Contratações – AudContratações que trata de denúncias e representações na área de Obras e Serviços de engenharia. Possui mais de 19 anos de experiência fiscalizando e instruindo processos relacionados a licitações e contratos. Possui dupla formação em Engenharia Civil (UFC) e Engenharia Generalista (École Centrale de Lyon na França). Possui Mestrado em Engenharia de Transportes pela Universidade Federal do Ceará. Foi agraciado com a honraria da Cruz do Mérito da Engenharia – Grau Comendador, concedida pela Câmara Brasileira de Cultura, durante o evento Ícones da Amazônia – Um Tributo aos Notáveis da COP30, em Belém/PA. Contribuiu na elaboração do novo Manual de Licitações e Contratos do TCU, com base na Lei 14.133/21, no que tange ao objeto Obras e Serviços de Engenharia, sendo o atual responsável pela atualização desse Manual no TCU. É professor de diversas empresas em cursos

relacionados a licitações e contratações de obras públicas. É coautor dos livros “Aspectos Práticos a Nova Lei de Licitações e Contratos” e “Desvendando o Estudo Técnico Preliminar”. É representante do TCU em diversos seminários tratando da temática de Obras e Serviços de Engenharia na Lei 14.133/21. É professor da pós-graduação de Licitações e Contratos do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), do Verbo Jurídico e da Escola Mineira de Direito (EMD). É membro da Comissão de Acompanhamento de Licitações e Contratos da OAB/CE. É membro da Comissão de Obras do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA. É palestrante em diversos congressos e seminários no país, sendo o Coordenador Científico do Congresso Brasileiro da 14.133 e do Congresso Licita Centro-Oeste. Integrou a equipe de auditoria do TCU que está acompanhando a implementação da Lei 14.133/21 nos órgãos e entidades da administração Pública e que desenvolveu o índice de Maturidade na Implementação da Lei de Licitações – IMIL. Coordenou a elaboração da Orientação Técnica IBR 009/2024 sobre Reequilíbrio Econômico-Financeiro de contratos de Obras e Serviços de Engenharia do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – Ibraop.

ORÇAMENTAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS COM A NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA

IMPACTOS DA LC Nº 214/2025 NA ENGENHARIA DE CUSTOS, NO BDI E NO REEQUILÍBRIO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO 1 – FUNDAMENTOS DA ORÇAMENTAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E DA REFORMA TRIBUTÁRIA

1. Importância do orçamento nas contratações públicas.
2. Papel do orçamento no planejamento, na licitação, na contratação e no controle da execução das obras.
3. Princípios fundamentais da orçamentação.
4. Assimetria de informações e seus reflexos na formação dos preços.
5. Relação entre orçamento, prazo de execução, riscos, BDI e desempenho contratual.
6. Impactos da legislação vigente na engenharia de custos.
7. Contexto da Reforma Tributária e seus objetivos.
8. Estrutura do IBS, CBS e Imposto Seletivo.
9. Não cumulatividade plena e creditamento tributário.
10. Principais impactos da Reforma Tributária na construção civil e nas obras públicas.

MÓDULO 2 – ESTRUTURAÇÃO E ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

1. Definição dos serviços da planilha orçamentária.
2. Critérios para levantamento de quantitativos.
3. Definição das unidades de medida.
4. Composições de custos unitários.
5. Definição dos coeficientes de consumo e produtividade.
6. Adaptação das composições referenciais.
7. Estágios de maturidade do empreendimento e precisão das estimativas.
8. Orçamentos sintéticos, analíticos e paramétricos.
9. Métodos expeditos de estimativa de custos.
10. Aplicação da Curva ABC.

MÓDULO 3 – ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA, SISTEMAS REFERENCIAIS E LEI Nº 14.133/2021

1. O orçamento de referência na Lei nº 14.133/2021, Lei nº 13.303 /2016 e os sistemas Sicro e o Sinapi.
2. Aspectos orçamentários dos diferentes regimes de contratação.
3. Contratação integrada e semi-integrada: níveis de detalhamento do orçamento.
4. Responsabilidades dos agentes públicos e dos profissionais responsáveis pela elaboração do orçamento.
5. Responsabilidade técnica, memória de cálculo e rastreabilidade das premissas adotadas.
6. Critérios legais para utilização dos sistemas referenciais oficiais.
7. Pesquisa de preços e formação do orçamento de referência.
8. Procedimentos para serviços sem referência nos sistemas oficiais.
9. Critérios para adaptação e customização das composições referenciais.
10. Jurisprudência do TCU sobre sistemas referenciais, preços de referência e aceitabilidade dos orçamentos.

ORÇAMENTAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS COM A NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA

IMPACTOS DA LC Nº 214/2025 NA ENGENHARIA DE CUSTOS, NO BDI E NO REEQUILÍBRIO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.



11. Impactos da Reforma Tributária sobre os sistemas referenciais e os critérios de formação do orçamento estimativo.

MÓDULO 4 – CUSTOS DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS

Materiais

- 12. Formação dos custos de materiais.
- 13. Perdas e desperdícios.
- 14. Critérios para apropriação de perdas.
- 15. Efeitos do IBS e da CBS na cadeia de fornecimento.
- 16. Créditos tributários incidentes sobre materiais.

Mão de obra

- 6. Custos da mão de obra.
- 7. Encargos sociais e encargos complementares.
- 8. Horistas e mensalistas.
- 9. Desoneração da folha e seus impactos.
- 10. Reflexos da Reforma Tributária na mão de obra.
- 11. Créditos tributários: por que salários não geram créditos de IBS e CBS.
- 12. Possíveis reflexos da Reforma Tributária na terceirização e na contratação de serviços.

Equipamentos e produtividade

- 13. Custos de equipamentos.
- 14. Custos produtivos, improdutivos e operativos.
- 15. Componentes do custo horário dos equipamentos: Depreciação; Juros (custo de oportunidade do capital); Manutenção; Combustíveis; Lubrificantes; Seguros; Energia; Mão de obra de operação.
- 16. Composição de patrulhas mecânicas.
- 17. Formação do custo horário dos equipamentos.
- 18. Tratamento dos créditos de IBS e CBS nos componentes do custo horário dos equipamentos.
- 19. Conceitos fundamentais de produtividade.
- 20. Tempo produtivo, tempo improdutivo e tempo de ciclo.
- 21. Fatores de eficiência, conversão e carga.
- 22. Metodologias para cálculo da produtividade.
- 23. Relação entre produtividade e custo unitário dos serviços.
- 24. Influência da produtividade na formação dos preços.
- 25. Relação entre produtividade e prazo de execução.

ORÇAMENTAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS COM A NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA

IMPACTOS DA LC Nº 214/2025 NA ENGENHARIA DE CUSTOS, NO BDI E NO REEQUILÍBRIO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO 5 - CANTEIRO, ADMINISTRAÇÃO LOCAL E CUSTOS INDIRETOS

1. Mobilização e desmobilização.
2. Implantação do canteiro.
3. Administração local.
4. Custos indiretos.
5. Relação entre prazo e custos indiretos.
6. Tratamento tributário dos custos indiretos.
7. Impactos da Reforma Tributária sobre canteiro, administração local e despesas indiretas.

MÓDULO 6- BDI E A REFORMA TRIBUTÁRIA

1. Conceito e finalidade do BDI.
2. Estrutura tradicional do BDI.
3. Acórdão TCU nº 2.622/2013.
4. Metodologias de cálculo.
5. BDI diferenciado
6. Reflexos da desoneração da folha.
7. Impactos da Reforma Tributária na estrutura do BDI.
8. Tratamento do IBS e da CBS na composição do BDI.
9. Conceito de IVA equivalente.
10. Metodologia para construção do novo BDI durante o período de transição.
11. Simulações práticas do BDI entre 2026 e 2033.

MÓDULO 7 - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS

1. Fundamentos constitucionais da equação econômico-financeira.
2. Distinção entre reajuste, revisão, repactuação.
3. Disposições da Lei Complementar nº 214/2025.
4. Alteração da carga tributária efetiva como fundamento do reequilíbrio.
5. Demonstração do impacto econômico decorrente da Reforma Tributária.
6. Formação da equação econômico-financeira do contrato.
7. Modelagem dos impactos tributários em contratos de obras públicas.
8. Ajustes na planilha orçamentária e no BDI.
9. Metodologia para quantificação do desequilíbrio econômico-financeiro.
10. Procedimentos administrativos para recomposição do equilíbrio.
11. Apostilamento ou termo aditivo?
12. Documentação comprobatória e memória de cálculo.

ORÇAMENTAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS COM A NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA

IMPACTOS DA LC Nº 214/2025 NA ENGENHARIA DE CUSTOS, NO BDI E NO REEQUILÍBRIO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.



PROGRAMAÇÃO GERAL



Presencial em Recife - PE



05 e 06 de novembro
de 2026



08:30 às 17:30
(horário de Brasília)



16 horas de
capacitação

PRESENCIAL

R\$3.590⁰⁰

por pessoa

Material didático exclusivo Inove

Kit exclusivo Inove

Certificado de capacitação profissional

4 coffee breaks

PAGAMENTO

O respectivo pagamento será realizado em nome de **INOVE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO LTDA** com o CNPJ nº 50.088.618/0001-23



Itaú
Agência: 5650
C/C: 99008-7



Bradesco
Agência: 2810
C/C: 42345-9

* **Condições:** O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 05 dias úteis antes da data de realização do curso online, sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Inove Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente. A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.

Cada link/senha de acesso à sala de aula virtual é exclusivo do aluno participante - não poderá ser compartilhado com terceiros. Também fica proibida a captação de som e imagens da aula e seu compartilhamento por quaisquer meios ou mídias.

* **Requisitos para uma boa experiência com o curso:** - Computador: Processador i3 - 3Ghz - Memória: 4GB RAM - Browser: Chrome ou Internet Explorer - Banda larga: 3 Mega - conexão via cabo (preferencialmente) ou wi-fi.

A Inove Soluções em Capacitação não se responsabiliza por falhas e problemas de conexão dos equipamentos utilizados pelo usuário.